SUMÁRIO

1 Introdução 11

2 Evolução Histórica da Representação 15

3 A Tardia Tipificação e Sistematização do do Instituto da Representação no Direito Pátrio 19

4 Natureza Jurídica da Representação 25
4.1 Teoria do Dono do Negócio ou Teoria de Savigny 25
4.2 Teoria da Ficção ou Teoria de Windscheid 26
4.3 Teoria do Duplo Negócio ou Teoria de Thöl 28
4.4 Teoria da Interposição ou Teoria de Mitteis 29
4.5 Teoria Clássica da Representação ou Teoria de Hupka 30

5 Elementos Essenciais da Representação Voluntária 33

6 Conceito de Representação 41

7 Condições da Representação 45

8 Noções de Poderes de Representação 49

9 Conteúdo do Poder de Representação 53

10 Da Justificação, da Figura do *Falsus Procurator*, do Abuso de Poderes e do Excesso de Poderes 57

11 Efeitos da Representação 65

12 Espécies de Representação 67
12.1 Representação Legal 68

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12.2 Representação Judicial 70
12.3 Representação Convencional ou Voluntária 72
12.4 Representação Necessária e Facultativa 79
12.5 Representação Direta e Indireta 79

13 Outras Formas de Exercer o Poder Representativo 83
13.1 Teoria da Representação Aparente 84
13.1.1 Diferenças entre representação aparente e representação tácita 99
13.2 Contrato Consigo Mesmo ou Autocontrato 100
13.3 Conflito de Interesses 109
13.4 Procuração "Em Causa Própria" 115

14 Representação e Figuras Afins 115
14.1 Distinção entre Representação e Mandato 115
14.2 Distinção entre Representação e o Contrato para a Pessoa a Nomear 117
14.3 Distinção entre Representação e o Contrato em Favor de Terceiros 118
14.4 A Teoria Organicista não é Espécie do Fenômeno Representativo 118
14.4.1 Responsabilidade dos Administradores 120
14.5 Distinção entre Gestão de Negócios e Representação 122
14.6 Distinção entre Núncio ou Mensageiro e Representação .. 124
14.7 Distinção entre Preposição e Representação 125

15 Extinção da Representação 129
15.1 Pela Revogação por Parte do Mandante 129
15.2 Pela Renúncia por Parte do Mandatário 131
15.3 Pela Morte de Qualquer uma das Partes 131
15.4 Em Decorrência de Interdição Superveniente de Qualquer uma das Partes 132
15.5 Em Decorrência de Mudança de Estado que Inabilite o Representado Conferir Poderes, ou o Representante para os Exercer 133
15.6 Pelo Término do Prazo 134
15.7 Em Decorrência da Conclusão do Negócio Jurídico 135

16 Conclusão 137

Referências 141

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br